

Entre os quadros familiares e as fileiras do Partido Conservador: uma breve análise dos primeiros escritos de Eduardo Prado (1879-1881)

Rodrigo Perez Oliveira¹

Resumo

Esse trabalho pretende analisar os primeiros escritos de Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), membro de uma das mais ricas e tradicionais famílias paulistas dos séculos XIX e XX. O *corpus* documental analisado refere-se ao período compreendido entre 1879 e 1881, quando Eduardo escreveu a coluna “Crônica da Assembleia” para o jornal *Correio Paulistano*. Investigar a forma como esse personagem atuou em um contexto social e político caracterizado por profundas transformações nos convida a um exercício de história intelectual que não fique restrito à análise interna dos textos, mas que priorize a relação do sujeito com o seu campo de atuação social.

Palavras-chave: Eduardo Prado. Imprensa paulista. Crônica política.

Abstract

This work intends to analyze the early writings of Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), member of one of the richest and most traditional families of São Paulo nineteenth and twentieth centuries. The documentary examined refers to the period between 1879 and 1881, when Eduardo wrote the column “Crônica da Assembleia” for the newspaper “Correio Paulistano”. To investigate how this character appeared in a social and political context characterized by profound changes in the calls to an exercise of intellectual history that is not restricted to the internal analysis of the texts, but that prioritizes the subject’s relations to his field of social action.

Keywords: Eduardo Prado. Paulista press. Chronicle policy.

Introdução

“Neste país, em que pode-se contar facilmente as pessoas que sabem ler e escrever, Eduardo Prado não foi apenas um moço rico e muito viajado, mas, e principalmente, um monarquista de antes quebrar que torcer” (*A Notícia*; 31 de agosto de 1901). (Olavo Bilac)

¹ Mestre e Doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ); Professor de Teoria da História e Historiografia Brasileira da Universidade Estácio de Sá.

Ainda no calor do prematuro e inesperado desaparecimento de Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), que aconteceu em 30 de agosto de 1901, o jornal *A Notícia* publicou um emocionante obituário assinado por Olavo Bilac, amigo do finado escritor paulista. O poeta carioca destacou aquela que até hoje é considerada a grande característica da vida de Eduardo: o conservadorismo político, que teria sido o motor da oposição que o autor de *A ilusão americana* mobilizou contra os primeiros governos da República brasileira. Tal fato seria o suficiente, de acordo com os principais estudos já produzidos sobre a biografia de Eduardo e sobre o cenário intelectual brasileiro na virada do século XIX para o século XX, para definir o mais novo dos irmãos Prado como uma espécie de ícone do conservadorismo católico e monarquista brasileiro².

Não é minha intenção negar a militância política antirrepublicana de Eduardo Prado; realmente, o escritor paulista foi responsável pelos principais ataques movidos na imprensa europeia contra a nascente República brasileira (JANOTTI, 1986). O que pretendo fazer nesse trabalho é um estudo do vocabulário e da prática política que marcaram um período da vida de Eduardo pouco contemplado pela bibliografia especializada: os primeiros passos do nosso personagem como escritor e polemista político, exatamente os anos compreendidos entre 1879 e 1881, quando o jovem estudante da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco publicou sua “Crônica da Assembleia” no jornal conservador “*Correio Paulistano*”. Meu objetivo é compreender a forma através da qual o nosso autor e seus principais interlocutores se apropriaram do vocabulário conceitual europeu em uma cultura política caracterizada pela apologia retórica à democracia e pelo primado da ordem sobre a liberdade (ALONSO, 2002).

Nesse sentido, o que proponho aqui é uma leitura cuidadosa dos primeiros escritos de Eduardo Prado, atentando para o fato de que a biografia desse personagem não pode ser tomada como uma trajetória linear, como se desde o início o nosso autor já carregasse em si o *germen* do antirrepublicanismo. Por outro lado, somente o cuidado com a “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006) não é o bastante para que sejamos capazes de compreender o lugar ocupado pelos primeiros escritos de Eduardo em uma conjuntura política marcada pelo “ocaso saquarema” (SALLES, 2009). É necessária também uma análise que priorize a relação entre vida e obra intelectual, a circularidade entre ambas, e que seja igualmente atenta à dinâmica de apropriação, uso e circulação do vocabulário político europeu pelos atores políticos brasileiros. Por isso, a forma como analiso a extensa documentação pesquisada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nos arquivos da Faculdade de Direito de São Paulo é precedida por um olhar teórico inspirado pelas formulações da história do discurso político (POCOCK, 2003; SKINNER, 2003) e pela sociologia dos textos (MCKENZIE, 1991).

² É possível citar como exemplos de estudos que abordaram dessa forma a trajetória intelectual de Eduardo Prado os seguintes títulos: Wilson Martins. *A história da inteligência brasileira*. São Paulo: Ed. Taq, 1996; Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; Suely Robles Reis de Queiroz. *Os radicais da República*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986; Gilberto Freyre. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1974.

Essa abordagem possibilita, simultaneamente, ler horizontalmente o material examinado, visando situar o autor e a obra dentro de um conjunto maior de convenções paradigmáticas, e operar com uma concepção des-essencializada de pensamento; ou seja, não pressuponho uma relação mimética entre o pensamento, entendido como o conjunto das formulações subjetivo-psicológicas de Eduardo, e a documentação que compõe o *corpus* analisado nesse artigo. Entre a psicologia do escritor e a documentação existe a lógica intrínseca aos materiais, e como estou trabalhando com textos publicados em um jornal, torna-se fundamental uma abordagem que contemple a história da imprensa paulista durante o último terço do século XIX.

É possível perceber uma característica formal nos primeiros escritos de Eduardo: o recurso à pilhéria, ao humor. Não se tratou apenas de uma questão de estilo; Eduardo vazou suas crônicas em uma forma irônica na qual o humor fez as vezes de arma retórica contra os seus adversários. Essa arma retórica mobilizou um vocabulário conceitual pertencente à tradição do humanismo cívico, o principal fundamento do liberalismo moderno (SKINNER, 2003), o que, por si só, nos leva a desconfiar das definições rápidas aplicadas usualmente à história política imperial. O que significava ser “conservador” ou “liberal” em um regime no qual as convicções ideológicas variavam de acordo com as conjunturas? Os dois grandes partidos monárquicos possuíam repertórios políticos específicos? Como a ala paulista do Partido Conservador, após anos de hegemonia, atuou na oposição ao governo liberal pós-1878? Como Eduardo Prado, filho caçula de uma família caracterizada pela filiação ao Partido Conservador, se comportou diante dos novos rumos da política nacional?

Visando apresentar possibilidades de resposta a essas e outras perguntas, optei em dividir esse artigo em três seções: a primeira pretende apresentar ao leitor algumas notas a respeito da biografia de Eduardo e do lugar da família Prado na política brasileira, a segunda se debruça sobre a imprensa paulista nas últimas décadas do século XIX e a terceira dedica-se especificamente às crônicas escritas por Eduardo e publicadas no jornal *Correio Paulistano*.

Os quadros familiares: uma família quase totalmente conservadora

Era quase totalmente conservador o núcleo familiar de Eduardo Prado. Digo quase totalmente porque se, por um lado, Antônio e Caio³, os filhos mais velhos

³ Antônio Prado (1840-1929) foi um dos líderes do Partido Conservador nas décadas de 1870 e 1880, deputado provincial entre 1874 e 1878, ministro da Agricultura entre 1885 e 1888, um dos principais políticos que conduziram o processo de abolição do trabalho escravo e prefeito de São Paulo entre 1900 e 1911. Caio Prado (1853-1889) foi deputado provincial e, na década de 1880, presidente das províncias do Alagoas e do Ceará. Ver Darrel E Levi. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

de Veridiana⁴ e Martinho eram importantes lideranças do Partido Saquarema, pelo outro, Martinho⁵, o terceiro dos irmãos Prado, era declaradamente republicano. Não que isso significasse necessariamente uma situação de conflito político; afinal, não podemos esquecer que a principal disputa partidária da Monarquia foi travada entre conservadores e liberais. Raras vezes os republicanos se envolveram diretamente nos grandes conflitos políticos, compondo, inclusive, o governo em algumas ocasiões (CARVALHO, 2006; HOLANDA, 2010). Nesse sentido, era comum ver os republicanos gravitarem, fazendo aliança com os conservadores quando os liberais estavam no poder, e engrossando a fileira dos últimos quando o governo estava sob a direção dos primeiros. Quando Eduardo estreou no mundo das letras, que no Brasil do século XIX era indistinguível do mundo da política, o governo era liberal e havia uma tácita aliança entre a ala paulista do Partido Conservador e do Partido Republicano. Situações como essa impelem o analista do discurso político imperial a testar empiricamente os rótulos políticos, o que nos faz perceber que o cenário político-partidário da Monarquia brasileira era mais complexo do que a dicotomia Liberal X Conservador e a suposição de que o Partido Republicano era uma espécie de terceira via ávida pela rápida mudança das instituições. Desenvolvo com mais cuidado essa reflexão nas próximas seções; por ora, meu interesse é examinar com cuidado o envolvimento da família Prado na política provincial e nacional.

Foi exatamente Martinico quem destoou do conservadorismo característico da família Prado. Ele compunha no final da década de 1870, junto com Campos Salles e Prudente de Moraes, o “triumvirato republicano” em ação na Assembleia Provincial paulista. Seus discursos chamaram atenção pela vivacidade e pela agressividade com que atacava a Monarquia e, especialmente, as pessoas de D. Pedro II e do Conde D’Eu. Entre 15 de fevereiro e 23 de março, a *Província de São Paulo* publicou uma série de críticas políticas assinadas por Martinico, que acusava D. Pedro II de despotismo, o Conde D’Eu de conspiração e os políticos monárquicos de corrupção. Para além da agressividade das ofensas, que na maioria dos casos não eram fundamentadas em argumentos mais sofisticados, é possível perceber no texto de Martinico a mobilização de tópicos vinculadas ao repertório do republicanismo cívico-humanista, desenvolvido na Europa, particularmente na Península Itálica, entre os séculos XII e XVI (TEIXEIRA, 2011; POCOOCK, 2003). É mais instigante ainda perceber que Eduardo, ao comentar os discursos de seu irmão republicano em suas crônicas, demonstrou simpatia por essas tópicas. Trato das crônicas de Eduardo na última seção desse artigo; desejo agora examinar mais detidamente a performance discursiva de Martinico.

⁴ Sobre a trajetória de Veridiana Prado ver Luiz Felipe D’Avila. *Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

⁵ Martinho Prado (1843-1906), chamado ao longo de sua vida de Martinico, foi voluntário na Guerra do Paraguai, deputado pelo Partido Republicano em 1878 e um dos mais bem sucedidos produtores de café do século XIX, sendo um dos fazendeiros pioneiros naquilo que se refere ao estímulo da imigração italiana. Ver Darrel E Levi (op cit).

“O povo brasileiro atualmente traja um majestoso nariz de cera porque cai no embuste daqueles que dizem que temos carta constitucional e estabilidade política e por isso somos diferentes das repúblicas hispânicas, que estariam mergulhadas na barbárie do faccionismo. O governo atual não inspira confiança à democracia; se alguns republicanos saudaram a evolução de 5 de janeiro, o fizeram na mais completa ingenuidade. Tal como a situação conservadora que acaba de cair, a situação liberal que chega ao poder não possui a virtude necessária para a gerência dos interesses públicos. Esses governantes confundem frequentemente os interesses pessoais com os interesses públicos, não entendem que o homem público não pode agir comprometido com interesses de uns ou de outros. Uma lástima a atual ordem das coisas” (*A Província de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1870). (Grifos meus).

Martinico estava se referindo à mudança ministerial que aconteceu em 05 de janeiro de 1878, quando o Imperador D. Pedro II, através de uma intervenção direta característica da política monárquica, demitiu o gabinete ministerial conservador presidido pelo Duque de Caxias e chamou ao poder o ministério liberal chefiado por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu⁶. A ação do Imperador repercutiu de forma extremamente negativa entre as facções paulistas do Partido Conservador e foi bastante criticada por Eduardo Prado na coluna “Crônica da Assembleia”.

Naquilo que se refere ao papel da lei, o discurso de Martinico é guiado por uma dimensão positiva de liberdade. Para ser democrático o governo deveria abrir espaço para a participação política dos cidadãos, que são apresentados como o sentido último da existência do Estado. Sendo assim, a lei não surge como uma espécie de *imperium* que paira acima da sociedade. Pelo contrário, de acordo com essa perspectiva, a lei é definida no embate político entre os membros da comunidade – os cidadãos – que livremente define o *corpus* jurídico da soberania, que reside, em última instância, no povo e não no governante. Como a coletividade dos cidadãos é suscetível às mudanças, a lei e a forma do Estado também devem ser, já que possuem a obrigação de estarem sempre adequadas ao interesse coletivo. É fundamental para a tradição cívico-humanista que o sujeito esteja predisposto e preparado para a participação política. É exatamente em relação a esse aspecto que podemos observar certo silenciamento na crítica feita por Martinico e na ação dos republicanos em geral: qual deveria ser o papel do escravo nessa comunidade política? Seria possível formar no Brasil uma República baseada na tradição cívico-humanista e no princípio da democracia representativa moderna sem enfrentar de frente a espinhosa questão do trabalho compulsório? Os republicanos brasileiros das últimas décadas do século XIX calavam diante dessas interpelações, cientes de que aí residia a maior fragilidade da sua argumentação. Os seus adversários, sejam liberais ou conservadores, frequentemente os provocavam para que se

⁶ Leôncio de Carvalho, um dos principais liberais paulistas, assumiu a pasta do Ministério do Império no Gabinete Sinimbu.

manifestassem de forma mais clara sobre o tema. O objetivo era claro: indispor os republicanos com as elites latifundiárias.

Se Martinico destoou do comportamento político tradicional entre os Prado, Antônio, o filho primogênito do casal Prado, foi o clássico político conservador paulista. Ele, a exemplo dos seus colegas de tribuna, endossou frequentemente a necessidade da autonomia provincial para o desenvolvimento de São Paulo, mudou de ideias ao sabor das conjunturas e se envolveu em escândalos de corrupção, que ensejaram grandes polêmicas nas páginas dos principais jornais em circulação na época. Cito apenas o caso ocorrido em janeiro de 1878, quando o irmão mais velho de Eduardo, dono de uma companhia de obras, assinou um contrato com a câmara municipal da capital paulista para o prolongamento da estrada de ferro de Pirassununga. O jornal a *Tribuna Liberal* questionou a idoneidade do contrato afirmando que Antônio havia se beneficiado de sua posição política para angariar lucros para sua empresa.

“Tal posicionamento do sr. presidente da câmara municipal não pode ser vista com bons olhos, assim como não é, pelos ilustres liberais que atualmente ditam a marcha nacional para o progresso e para a prosperidade (...) Definitivamente não é recomendável que um administrador público de tamanha importância envolva seu patrimônio familiar em obras públicas” (*A Tribuna Liberal*, 04 de janeiro de 1878).

O texto foi assinado por Bernardo Avelino Gavião Peixoto, que era o editor do periódico. Antônio Prado respondeu prontamente, no dia seguinte, as acusações veiculadas pela imprensa liberal. O irmão mais velho de Eduardo afirmou que “o Sr. Gavião não tem requisitos morais para fazer críticas a quem quer que seja, já que não tem sequer a honestidade de honrar com seus compromissos financeiros” (*Correio Paulistano*, 05 de janeiro de 1878). Dessa forma, atacando o sujeito da denúncia e não objeto denunciado, Antônio Prado começou uma polêmica com Bernardo Gavião que ocupou as primeiras páginas da imprensa paulista por dois meses. É claro que o “escândalo da estrada de Pirassununga” foi tragado pela polarização partidária típica da política brasileira da época. Antônio Prado era um dos principais líderes da ala paulista do Partido Conservador, e o diretório da corte exigiu que ele apresentasse argumentos mais sólidos em sua defesa:

“Seguindo os conselhos do diretório central do grande partido nacional resolvi vir mais uma vez, que será a última, responder aos impropérios veiculados pelo Sr. Bernardo Gavião. A minha consciência está calma, pois não me acusa de haver praticado um ato censurável; julgo antes ter prestado relevante serviço à causa da moralidade. Não sei, e nem quero saber, o que diz o Sr Gavião da comissão de obras da Assembleia Provincial, que é coordenada pelos ilustres senhores Falcão Filho, Barão de Souza Queiroz e Barão de Três Rios, que aceitaram a proposta; e ninguém acredita que tão conspícuos cavalheiros sacrificassem os

direitos da Província, só para favorecer um empresário. A aceitação, portanto, da proposta, só pode ser explicada pela convicção daqueles diretores, de ser ela vantajosa à Província (*Correio Paulistano*, 25 de outubro de 1878).

Apesar do tom definitivo, a polêmica se arrastou por mais alguns meses sem que Antônio Prado jamais conseguisse mostrar concretamente a superioridade técnica do seu projeto em relação aos concorrentes. Além do mais, o presidente da Câmara Municipal não ocupava uma posição confortável no conflito, já que, como já sabemos, desde 05 de janeiro de 1878, o governo, imperial e provincial, era comandado pelo Partido Liberal. O ministério liberal, utilizou de todas as armas ao seu dispor para enfraquecer o líder conservador em seu próprio nicho político. Por isso, foi reaberto em agosto de 1878, um processo, arquivado pela justiça imperial desde 1859, no qual Antônio Prado e seu pai eram acusados de assassinato.

No ano de 1858, em uma das inúmeras fazendas da família Prado, aconteceu o assassinato de Marzagão, feitor da referida propriedade. Segundo o parecer da época, publicado na íntegra na edição de 18 de setembro de 1878 do jornal "A tribuna liberal, não havia provas suficientes para responsabilizar Martinho e Antônio Prado pelo ocorrido. Porém, inesperadamente, pelo menos para Antônio Prado, surgiu em agosto de 1878 um novo dado que, de acordo com o desembargador Rodrigo Isidoro da Fonseca, justificava uma nova apreciação para o caso; tratava-se do depoimento da mãe da vítima, que acusava os réus de terem tramado o assassinato do seu filho.

"Esta denúncia, que seria desprezada se a honra fosse bastante para livrar os homens de bem dos botes da calúnia e o Imperador capaz de ser menos afeito às influências do Partido Liberal, deu lugar a rigoroso inquérito policial, verdadeira devassa, no qual tomaram parte o chefe de polícia da província, e o delegado do termo de Mogy Mirim onde se dera o crime" (*Correio Paulistano*, 04 de outubro de 1878).

As relações entre o Imperador e a facção paulista do Partido Conservador, que durante décadas havia sido marcada pela harmonia, tornara-se, após a dissolução do Ministério Caxias, tensa e conflituosa. Por isso, não era incomum ver escritores vinculados ao Partido Conservador, como Eduardo, apoiar tacitamente as manifestações republicanas. Não quero dizer com isso que os conservadores paulistas, e Eduardo especialmente, tenham aderido à causa republicana. Porém, estou convencido de que no momento em que Eduardo Prado faz a sua estreia no mundo das letras, o que na conjuntura em questão significava o mesmo que estrear no mundo da política partidária, os conservadores nutriam pouca simpatia pelo Imperador e pelo tratamento dispensado pela Monarquia para com o seu partido. Isso, por si só, já serve ao menos para nuançar o monarquismo

“convicto”, que segundo a literatura especializada, foi a principal característica da obra de Eduardo.

Enfim, foi em um jornal conservador, quando as relações entre a Monarquia e o partido não eram nada amigáveis, e a partir de um núcleo familiar marcado pela coexistência de um governante conservador acusado de corrupção e um deputado republicano que definiu a virtude, entendida como a total separação entre interesses públicos e privados, como o principal requisito para a vida pública, que Eduardo escreveu seus primeiros textos. Nessa seção eu abordei a família Prado, falta, antes de estarmos prontos para analisar as crônicas políticas do nosso jovem escritor, dedicar alguma atenção para a imprensa paulista do final da década de 1870.

A tribuna e a pena: as relações entre prática intelectual e prática política na imprensa paulista

Diferentemente da França do século XIX, não havia no Brasil, no mesmo período, um campo intelectual capaz de funcionar de forma relativamente autônoma às ingerências vindas do mundo da política governamental (BOURDIEU, 1996). Entre nós, os grandes autores atuaram em um cenário intelectual caracterizado pela não diferenciação entre o escritor e o político (ALONSO, 2002). No oitocentos brasileiro, a elite letrada, recrutada em meio à elite política, que frequentava os dois principais centros de treinamento político-intelectual da época (as escolas de direito de São Paulo e Recife) (SCHWARCZ, 1987), encontrava na imprensa seu principal veículo de expressão. São inúmeros os exemplos que atestam essa relação de complementaridade entre a página da imprensa e a tribuna política ao longo da história da Monarquia brasileira; tendo em vista o objetivo desse artigo, me limitarei apenas ao caso paulista ao longo das décadas de 1870 e 1880 (SCHWARCZ, 1987). Eram três os principais periódicos em circulação na capital paulista nesse período: *A Província de São Paulo*, *A Tribuna Liberal* e o *Correio Paulistano*, todos diretamente envolvidos com os conflitos partidários típicos da política provincial e nacional da época.

O caso do *Correio Paulistano* é sintomático dessa íntima relação entre a prática letrada e a prática política, assim como da fluidez ideológica dos grandes partidos políticos da época, que baseavam sua atuação mais em conjunturas do que em doutrinas políticas (ALONSO, 2002). O referido periódico foi fundado em 1854 por Roberto Azevedo Marques, com o compromisso inicial de manter independência em relação aos grandes partidos políticos.

“A imprensa não tem correspondido por um modo satisfatório à sua sublime missão. Os jornais que tem visto a luz nessa província, quase exclusivamente ocupados dos interesses de sua paridade política, e o que é mais, de questões muitas vezes pessoais, tem transviado a nossa imprensa de seu santo ministério.

Circunscritos a essa discussão acanhada e desagradável as folhas puramente políticas bem depressa começarão por experimentar uma espécie de frieza (...) Nestas circunstâncias, entendemos fazer um importante serviço à nossa bela província publicando o *Correio Paulistano*, cuja missão é a de oferecer uma imprensa livre (*Correio Paulistano*, 24 de março de 1854).

Apesar da promessa de neutralidade partidária, sob aspecto algum o *Correio Paulistano* ficou indiferente às disputas protagonizadas por conservadores, liberais e republicanos, características das últimas décadas de vida da Monarquia brasileira. Durante seus primeiros 20 anos de existência, o *Correio Paulistano* foi claramente republicano, fato que mudou após janeiro de 1875, quando o referido jornal passou a ser controlado pelo Partido Liberal, o que gerou a insatisfação de alguns republicanos que, tais como Prudente de Moraes e Campos Salles, fundaram a *Província de São Paulo*, que se tornou a principal rival do *Correio Paulistano*. No dia 04 de dezembro de 1877 aconteceu mais uma mudança no perfil político/editorial do *Correio Paulistano*; o jornal que em seus primórdios fora republicano, passara, repentina e bruscamente, para as fileiras conservadoras (SCHWARCZ, 1987).

A despeito dos rótulos partidários, uma mesma formulação esteve presente ao longo da história editorial do *Correio Paulistano* entre 1854 e 1881, período sobre o qual estive debruçado na pesquisa; seja sob o controle republicano, liberal ou conservador, as páginas do referido jornal estiveram frequentemente comprometidas com a defesa da autonomia provincial, entendida como a única forma de garantir a progresso e o desenvolvimento da Província de São Paulo, que no discurso político paulista era o centro empreendedor do Império. Através de uma estrutura editorial modelar para os padrões da época, caracterizada pelo rigoroso controle partidário das principais colunas do jornal, sejam aquelas que tratavam diretamente de política ou as que faziam glosas culturais, como comentários de arte e crítica literária, o *Correio Paulistano*, para além das vigorosas polêmicas com os seus rivais, em nenhum momento deixou de se posicionar a favor da autonomia provincial. É importante entender como esse princípio foi mobilizado no discurso liberal e no discurso conservador: naquilo que se referia a esse assunto, quase não havia diferenças entre um e outro.

Em janeiro de 1875, Leôncio de Carvalho, editor do *Correio Paulistano* e secretário geral do diretório paulista do Partido Liberal, publicou durante duas semanas uma série de textos intitulada *Retrospecto sobre os fatos notáveis da província de São Paulo no ano de 1874*. Como o próprio título sugere, o interesse do autor era relatar alguns acontecimentos que “comprovam a posição de vanguarda que nós paulistas ocupamos no Império do Brasil” (*Correio Paulistano*, 04 de janeiro de 1875). Leôncio de Carvalho definiu o homem paulista como “baluarte do progresso” e representante do “ímpeto empreendedor que caracteriza o século”. Porém, o autor afirmou que essas potencialidades somente poderiam se realizar plenamente se:

“A tutela do governo central não castrar os brios e o talento da iniciativa particular dos habitantes dessa província. (...) É preciso despertar cada vez mais esses notáveis melhoramentos a energia do espírito público e fazem lhe sentir o quanto vale e quanto pode a iniciativa popular, que, fiando tudo de si, procura atingir com os próprios recursos os alvos de suas aspirações e rompe corajosamente a estreita circunferência, traçada pela ferrenha tutela” (*Correio Paulistano*, 04 de janeiro de 1875).

É importante perceber que a “aptidão natural” do paulista para o trabalho e para o progresso é apresentada como uma qualidade que, apesar de estar essencialmente presente no “temperamento” do homem paulista, necessita de um ambiente propício para se desenvolver. É como se a característica da raça de nada valesse em um ambiente hostil ao desenvolvimento de suas potencialidades. Não há como deixar de notar a presença de certa inspiração neolamarkiana nessa forma de definir o homem paulista. A raça aí surge como um dado moldado pelo meio e não como um *a priori* capaz de definir, por si só, as ações do sujeito, da espécie, para ficarmos mais próximos do vocabulário biológico característico do discurso científico do final do século XIX. Nesse sentido, para trilhar o “caminho do progresso”, o ímpeto da ação individual e o talento da iniciativa privada eram tão importantes como a resistência às ingerências do poder central, já que

“Somente no ambiente propício é possível desfrutar de todas as potencialidades positivas da raça; somente em meio à liberdade e entregue ao livre arbítrio de sua consciência e trabalho, o paulista pode trilhar o rico caminho de riquezas e descobertas que lhe é destinado pela sua própria natureza” (*Correio Paulistano*, 07 de janeiro de 1875).

Essa mesma forma de encarar as relações entre o governo central e a Província de São Paulo pode ser encontrada no discurso político que saía da pena de escritores e políticos conservadores. Em julho de 1878, quando o *Correio Paulistano* estava sob o controle do Partido Conservador, foi publicado um texto assinado por Antônio Prado, então editor do jornal, no qual o presidente da Câmara Municipal fazia críticas a João Batista Pereira, membro da situação liberal que na época era o presidente da Província.

“Os liberais sinceros, os que têm crenças e amor aos princípios, não podem apoiar o liberticida: o administrador que cimenta a desunião de seu partido, que desprestigia seus mais respeitáveis e prestimosos correligionários e que junto com o poder central, que conta com a complacência do Imperador, sufoca com as tramas do centralismo administrativo o desenvolvimento dessa província” (*Correio Paulistano*, 08 de setembro de 1878). (Grifos Meus)

Os argumentos utilizados por Antônio Prado no ataque ao governo de Batista Pereira são muito semelhantes com aqueles que caracterizavam as manifestações dos membros do Partido Liberal quando a situação era conservadora. Como nesse artigo eu estou mais interessado no repertório político mobilizado do que nas trincheiras partidárias declaradas, não me satisfaço apenas em conhecer a filiação partidária dos escritores em questão; para analisar as performances discursivas desses sujeitos é fundamental entender a forma como eles elaboraram suas formulações e atuaram em um contexto político que se por um lado era marcado pela forte polarização partidária, pelo outro, não era caracterizado por maiores diferenças ideológicas entre os membros dos dois principais partidos. As manifestações de ambos os grupos era ditada, fundamentalmente, pelas circunstâncias. Por isso, era tão comum ver um dos principais líderes do Partido Conservador defendendo a autonomia provincial, o que os manuais de história política brasileira nos ensinaram ser uma prerrogativa do Partido Liberal, e um importante quadro liberal, como era Leôncio de Carvalho, criticando a aprovação da lei do ventre livre porque

“Foi feita desastrosamente pelo afobado gabinete presidido por Rio Branco. Os paulistas são dados ao trabalho, ao cultivo da propriedade e, apesar de estarem providos dos mais puros e cristãos sentimentos a respeito da libertação dos ingênuos, resistem em aceitar uma lei que em nada os protege no inalienável direito à propriedade” (*Correio Paulistano*, 29 de junho de 1877).

Na pena de Leôncio de Carvalho, o direito do proprietário era mais importante do que o direito do escravo à liberdade. O fundamental para os políticos e escritores paulistas era comprometer o governo adversário e impulsionar seus correligionários ao poder. Para isso, eles não ficavam nada constrangidos em mobilizar repertórios que, teoricamente, seriam incompatíveis com a posição partidária ocupada. Foi exatamente a partir do lugar de opositor que Eduardo Prado escreveu as suas crônicas que, mesmo tendo sido publicadas nas colunas da imprensa conservadora, são marcadas pela presença de tópicos pertencentes à tradição cívico-humanista, típicas do liberalismo moderno. Na próxima seção, eu analiso com mais cuidado os textos de Eduardo.

A própria história do *Correio Paulistano* acusa a fragilidade ideológica que caracterizou a elite política paulista do final do século XIX. Foi com surpresa que a sociedade paulistana abriu a edição de 04 de dezembro de 1877 desse jornal e leu um pequeno parágrafo escrito por José Roberto de Azevedo Marques, declarando que havia assinado um contrato com João Mendes, presidente do diretório paulista do Partido Conservador, que transferia a esse grupo o controle editorial do referido periódico. É óbvio que a mudança agitou a imprensa local e já no dia seguinte foi o assunto mais abordado nos principais jornais em circulação na capital paulista; o *A Província de São Paulo* afirmou que o ocorrido era somente mais uma demonstração da “fragilidade espiritual dos grandes partidos do atual

regime, que mudam de convicções como quem troca de chapéu” (*A Província de São Paulo, 05 de dezembro de 1877*). Para a o periódico republicano, tal fragilidade era um indício da debilidade do próprio sistema monárquico. Porém, as críticas mais agressivas não partiram das fileiras republicanas, mas sim das liberais; no editorial de 05 de dezembro da *Tribuna Liberal*, Bernardo Gavião acusou o José Roberto de “traidor sorrateiro e ignóbil (...) rato que apunhalou os seus na primeira oportunidade (...) messalina que se vende para quem tem mais cobre na algeibra” (*Tribuna Liberal, 05 de dezembro de 1877*). Diante de tantas críticas, o próprio José Roberto veio a público na edição do dia 14 de dezembro para justificar o acordo firmado com as lideranças conservadoras. As explicações dadas pelo proprietário do *Correio Paulistano* evidenciam as tênues fronteiras ideológicas que separavam os conservadores dos liberais. José Roberto começa sua defesa dizendo-se lisonjeado pela atenção recebida nas páginas da imprensa liberal.

“Se não fora ter bem fundas ainda as feridas que sinto cavadas pelos menoscabos dos chefes do partido liberal, se eles não tivessem por tão longo tempo e tão firmemente me convencido que nada sou e nada valho, seria capaz hoje de entumecer de orgulho ante esse prolongado debate, e talvez me viesse a veleidade de pensar que eu podia abrir lacuna nas fileiras liberais. Mercê de Deus os liberais me curaram desse pecado. Não se apodera de mim o sentimento da vaidade, sim o de admiração. Sem dúvida. Tenho visto sumidades políticas do meu país emigrarem com armas e bagagens de um partido para o outro, sem que os gansos do Capitólio grasnem como hoje. E parece-me até que quanto mais rápidas e repentinas são as metamorfoses, mais esplêndidas são as investidas – que esperam os emigrantes, porque elas são a prova de um talento superior, e de uma independência sem igual” (*Correio Paulistano, 14 de dezembro de 1877*).

Essa combinação entre a rigorosa e violenta polarização partidária com o constante trânsito entre os partidos tornou a política paulista instigantemente contraditória. Ao mesmo tempo em que as lideranças locais defendiam contundentemente seus partidos, chegando até financiar atos de violência, como era comum na ocasião das eleições legislativas, mudavam, diante dos primeiros dissabores com seus correligionários, de lado e passavam a defender com o mesmo ímpeto os seus novos aliados. A forte relação entre o mundo da política e o mundo da produção letrada também não passou despercebida aos olhos de José Roberto:

“Tenho visto a venda e aluguel da pena, da palavra, e da inteligência, que se votam ao pleito de uma causa, que todo o mundo condena sem que o patrono perca os foros de homem de bem, sem que alguém lhe evite o contato como ao leproso das escrituras: Pois bem: eu não vendi a palavra, a pena ou a inteligência, mesquinha, embora que deus me deu. Eu não fiz o abalo de uma incoerência em minhas crenças políticas” (*Correio Paulistano, 14 de dezembro de 1877*).

Foi nesse contexto político/discursivo em que os rótulos partidários, por si só, pouco ajudam na compreensão das performances discursivas das elites letradas, que Eduardo Prado efetuou seus primeiros lances no complexo tabuleiro da política imperial dos últimos anos de vida da Monarquia.

As crônicas políticas do jovem Eduardo Prado: a combinação entre o repertório liberal e o partidarismo conservador

Não era a mesma a política monárquica quando Eduardo iniciou sua trajetória intelectual. O nosso jovem escritor foi um dos principais opositores aos governos provinciais presididos pelo Partido Liberal entre 1878 e 1881. Essa situação de oposição, de marginalização política, seria impensada nos tempos áureos do Partido Conservador, entre as décadas de 1840 e 1870, quando homens como Visconde de Paraná e Duque de Caxias davam as cartas na política nacional. O tabuleiro do jogo virou em 1878. O imperador, sob os protestos das lideranças conservadoras, demitiu o gabinete ministerial presidido por Caxias e convocou o liberal João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para organizar o novo ministério. Essa mudança não foi bem recebida pela ala paulista do Partido Conservador, que, como já vimos, estava no controle do *Correio Paulistano*. Portanto, não tardou para que as páginas do periódico editado por Antônio Prado se tornassem a origem dos principais ataques dirigidos aos governos provinciais de João Batista Pereira, Joaquim Egydio de Souza Aranha e Laurindo Abelardo de Brito, que, respectivamente, governaram a província paulista nos anos em que Eduardo publicou suas crônicas.

A intervenção imperial de 1878 precisa ser situada na história das mudanças que marcaram a sociedade e a monarquia brasileira a partir da década de 1850 (COSTA, 2007). A intensificação do movimento abolicionista, a urbanização, a Guerra do Paraguai, o fortalecimento da elite paulista e a fundação do Partido Republicano são apenas alguns exemplos dos diversos elementos que nesse período desestabilizaram a tradicional hegemonia saquarema. Com a complexificação da sociedade e da economia brasileira o consenso intraelite foi ficando cada vez mais difícil de ser alcançado; novos atores sociais passaram a reivindicar o alargamento do tradicional círculo dos detentores do poder. Não demorou muito para que a instabilidade corroesse a até então sólida estrutura do Partido Conservador. Em 1862, aconteceu a primeira dissidência dentro do núcleo saquarema. Líderes como Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes, Sinimbu e Paranaguá romperam com seus antigos correligionários e se aliaram à ala mais moderada do Partido Liberal; surgiu assim a Liga Progressista. O sucesso da Liga foi efêmero e os conservadores retomaram o poder em 1868, quando o Visconde de Itaboraí assumiu a chefia do gabinete ministerial. O retorno dos conservadores ao poder acentuou mais ainda a tensão entre as elites políticas, o que levou à outra ruptura, dessa vez dentro do Partido Liberal. Zacarias de Góes, Nabuco de Araújo e José Bonifácio, o moço,

publicaram, em 1869, o manifesto *Ou a reforma ou a revolução*, que deixou claro a pressão que o “novo” Partido Liberal faria em pró das reformas na monarquia brasileira (CARVALHO, 2006). Os “novos” liberais se distinguiram da ala mais radical do antigo Partido Liberal, que insistia em expandir a prática política para além das fronteiras parlamentares. Foi por obra desses “radicais” que surgiu, em 1870, o Partido Republicano, que tinha a proposta de representar uma alternativa, bem moderada por sinal, ao *status quo* imperial (ALONSO, 2002).

O “liguismo”, surgimento do “novo” Partido Liberal e a fundação do Partido Republicano mostraram aos dirigentes da política nacional que algo mudara, que a estrutura política da monarquia não poderia se manter indiferente às transformações que então ocorriam na sociedade brasileira. O gabinete Rio Branco, que governou o Brasil entre março de 1871 e junho de 1875, demonstrou claramente o desejo do Partido Conservador em conduzir as inevitáveis reformas políticas. Não era simples o desafio que estava posto aos governantes saquaremas; “a elite política imperial viu-se então diante do dilema de conciliar a modernização social e econômica com a lógica patrimonialista do Estado” (ALONSO, 2002; p. 65).

Foi com esse propósito que o ministério Rio Branco, apropriando-se de um importante elemento da agenda política liberal, tocou no problema da escravidão e aprovou, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Entretanto, a estrutura estamental e escravocrata não foi totalmente desmontada; as reformas do início dos anos 1870 abalaram as pedras angulares do regime sem conseguir modificá-lo completamente. O reformismo de Rio Branco foi um desastre completo na medida em que provocou tanto a ira dos conservadores emperrados como a insatisfação dos liberais. Visando restabelecer a coesão interna do Partido Saquarema e neutralizar o fatídico ensaio reformista de Rio Branco, o imperador convocou, em 1875, o Duque de Caxias para presidir o novo ministério. O velho soldado, que havia se retirado da Guerra do Paraguai à revelia da vontade de D. Pedro II, foi chamado para “recompor as bases do Partido Conservador, rachado em torno da aprovação do ventre livre” (SALLES, 2009; p. 46).

Não teve sucesso o Duque que à sua sombra tinha o Barão de Cotegipe, o verdadeiro homem forte do governo. Desprestigiado e tragado por uma grande crise política, o gabinete Caxias foi demitido em janeiro de 1878. Definitivamente, o Imperador perdeu a paciência com o Partido Conservador, que não se mostrou mais capaz de gerir tranquilamente o Estado brasileiro. Foi assim, pelas mãos de Pedro II, que os “novos” liberais chefiados por Sinimbu chegaram ao poder, o que provocou extrema insatisfação entre os conservadores. Foi exatamente nesse momento que o jovem Eduardo Prado deu seus primeiros passos como escritor; tratou-se, como já vimos, da coluna “Crônica da Assembleia”, publicada com periodicidade irregular no jornal *Correio Paulistano* entre 1879 e 1881, quando o mais novo dos irmãos Prado estudava na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco⁷.

⁷ Eduardo bacharelou-se em 1881, quando, a exemplo do que tinha feito seu irmão Antônio algumas décadas antes, viajou pela América, indo em seguida à Europa. A partir dessas experiências, Eduardo escreveu um livro intitulado *Viagens*, que viria a ser publicado em 1894. Ver: Luís Correia de Melo. *Dicionário de autores paulistas*. IHGB: São Paulo, 1954.

Eduardo Prado amadureceu como cronista e polemista político ao longo dos três anos em que escreveu as crônicas sobre os trabalhos da Assembleia Legislativa Paulista. Apesar das sensíveis mudanças de estilo, o conteúdo dos textos permaneceu basicamente inalterado: o jovem escritor era um dos principais críticos dos governos liberais, a quem acusava de “salteadores da opinião pública” (*CORREIO PAULISTANO*, 23 de fevereiro de 1880). Poderia ser contraditório o fato de na pena de um escritor vinculado ao Partido Conservador ser possível encontrar o desenvolvimento de uma argumentação dessa natureza. Porém, o pragmatismo que caracterizava a elite política brasileira na época fazia com que os principais partidos não se filiassem definitivamente a grandes sistemas de pensamento. O repertório mudava de acordo com a conjuntura e, como no período analisado o Partido Conservador fazia às vezes de oposição, o liberalismo fundado pela tradição do humanismo cívico parecia perfeito para aqueles que desejavam se autorrepresentar como defensores da moralidade pública e da democracia.

A principal característica das crônicas publicadas durante o primeiro ano de vida de Eduardo como escritor é a pouca intervenção direta do autor no texto. Eduardo atuou como um cronista que a partir da terceira pessoa narrou em prosa os debates políticos travados nas sessões legislativas. Eduardo intervinha no texto através de marcas de enunciação, que ele atribuía aos expectadores das sessões. Invariavelmente, Eduardo marcava o final da fala dos deputados com “risos”, “vivas”, “aportes”, “apoiados”, “rejeitado”, que denotam a sua opinião em relação às discussões e o seu posicionamento político em relação ao parlamentar em questão.

Apesar de contar na época com dezenas de deputados, a Assembleia Legislativa representada na pena de Eduardo possuía apenas poucos parlamentares, que frequentemente assumiam o púlpito e protagonizavam grandes debates. Eram esses: Paulo Egídio, Valadão, Almeida Nogueira e João Batista de Moraes, membros da bancada conservadora, Leite de Moraes e Martim Jr, membros da bancada liberal, e Prudente de Moraes, Campos Salles e Martinho Prado Jr (irmão de Eduardo), membros da bancada republicana. É importante apontar que a totalidade das querelas parlamentares narradas por Eduardo tinha como desfecho a derrota, por vezes humilhante, dos deputados liberais. Leite de Moraes e Martim Jr eram sempre vencidos pelos eloquentes discursos dos conservadores e dos republicanos, que no texto de Eduardo eram aliados e compartilhavam os princípios fundamentais do liberalismo político moderno. Nesse sentido, quando de sua estreia no mundo das letras, Eduardo era um escritor que se declarava integrante do Partido Conservador, um vigoroso opositor do governo liberal, um moderado crítico do imperador D. Pedro II e um cronista que tratou as manifestações republicanas com ressalvas simpatias; ou seja, uma imagem bastante diferente daquela apresentada pelos estudos anteriores.

Logo na primeira crônica, publicada em 14 de fevereiro de 1879, Eduardo deixou claro sua oposição à situação liberal e ao governo de Batista Pereira, que, como já disse anteriormente, presidiu a Província de São Paulo entre fevereiro e dezembro de 1878.

“Esteve interessantíssima a sessão de ontem, como se vai ver. Lido o expediente, ocupou a tribuna o nosso amigo Dr. João Batista de Moraes, distinto membro do Partido Conservador, que em eloquentes frases derramou abundante luz sobre os desatinos da administração Batista Pereira. Mostrou que, iniciando sua administração com o sistema da difamação aos adversários, não conseguiu aquele tietere do sr. José Bonifácio, em vez do efeito moral que tanto desejava, se não o efeito imoral e abalar o crédito da província. Depois disso, ocupou-se exclusivamente o sr. Batista Pereira com a empreitada eleitoral, sacrificando todos os princípios, a tranquilidade pública e os mais vitais interesses da província de São Paulo. O orador enumera em termos severos e cheios de indignação a longa série de embustes, fraudes e violências praticadas na administração transata. Trata especialmente da decantada política financeira do ex-presidente, e demonstra que seu plano não passou de um estratagemma inepto; pois limitou-se a não aplicar verbas votadas para serviços públicos e a ajuntar dinheiro no tesouro algum tempo antes de sua retirada, chegando para esse fim a receber avultadas quantias a juro elevado, para ficarem paralisadas no tesouro e poder dizer-se que, ao passar a administração, deixou dinheiro nos cofres públicos. Foi um vergonhoso manejo que não iludiu senão os papalvos, causando, porém, dano muito real aos interesses da província. O nobre orador foi efusivamente aplaudido por todos os presentes. Ao terminar, o ilustre parlamentar se disse que espera que o governo do sr. Laurindo Abelardo de Brito seja menos desastroso do que o daquele que o antecedeu (a plateia gritou que não espera boas coisas dos liberais)” (*CORREIO PAULISTANO*, 14 de fevereiro de 1879).

Ou as tribunas da Assembleia Legislativa Paulista eram diariamente ocupadas por expectadores simpatizantes do Partido Conservador ou Eduardo exagerou nas tintas para narrar, de acordo com as suas conveniências político/partidárias, a ação dos parlamentares. Após o desfecho do tão elogiado discurso de João Batista Mendes de Moraes, começou o debate. Teria dito o deputado Leite de Moraes, que nas crônicas de Eduardo Prado sempre levava a pior nas discussões:

“Ao concluir seu enérgico e eloquente discurso, muitas vezes interrompido pelo sr. Leite de Moraes, o orador é felicitado por todo o público presente. Toma a palavra para responder-lhe o sr. Leite de Moraes, que, aos fatos referidos pelo orador precedente, opõe generalidades banais. Protesta contra as acusações feitas a Batista Pereira, sendo por isso vaiado por todos aqueles que assistiam a sessão. Concluiu, à maneira do sr. Sinimbu no senado, apoiando o requerimento de oposição apresentado pelo deputado conservador” (*CORREIO PAULISTANO*, 14 de fevereiro de 1879).

Esgotado repentinamente o debate a respeito da avaliação do governo de Batista Pereira, Eduardo começou a narrar o discurso de Valladão, também membro da bancada conservadora, que exigia punição aos culpados pelas violências praticadas, no final de 1878, na cidade de Itu, por ocasião das eleições legislativas.

“O sr. Valadão veio em seguida à tribuna propor uma emenda aditiva ao requerimento de informações: quer que também seja ouvido o governo sobre as cenas ltuosas da cidade de Itú. No desenvolvimento de sua ideia, o orador indaga quem seja o verdadeiro responsável por aquele e outros dramas de sangue que infelizmente se têm produzido na província e no império; e apesar de ser tão lúgubre o assunto, o orador achou meio, com seu chiste natural, de ser ouvido com deleite pela assembleia e numeroso auditório. Teve réplicas felizes” (*CORREIO PAULISTANO*, 14 de fevereiro de 1879).

Após a fala do deputado Valladão, Eduardo narrou outra intervenção de Leite de Moraes.

“O sr. Leite de Moraes – e quem pensa ser o orador e seu partido para falar de violência?

O sr. Valladão – homens virtuosos que prezam o sagrado direito da livre expressão individual (Vivas e mais vivas!)

O sr Leite de Moraes – pois então até aí estamos na mais completa igualdade já que eu e meus correligionários do Partido Liberal também temos virtude. (Apartes gerais!)

O sr. Valladão – A virtude de chegar ao poder por um impropério do velho imperador? (risos).

O sr. Leite de Moraes – Velho Imperador que é o responsável pelo equilíbrio da nação (...)

Todos os presentes protestaram contra essa última fala do sr. Leite de Moraes, que esqueceu-se de que a vontade coletiva que deve ser a maior soberana na política de um país. Quando isso não acontece, existe tirania. Não existe liberdade.” (*CORREIO PAULISTANO*, 14 de fevereiro de 1879). (Grifos meus)

Para Eduardo, a situação liberal não era legítima por ter sido implantada por uma determinação do Imperador D. Pedro II, que apesar de ser o “ilustre chefe da nação, merecendo por isso toda a nossa deferência”, não deveria ser o detentor absoluto da soberania, que de acordo com o repertório cívico humanista mobilizado por Eduardo, deveria residir na “vontade coletiva”.

A mobilização dessas tópicas ficou mais evidente ainda na crônica publicada no dia 16 de fevereiro. Eduardo inicia apresentando ao leitor o discurso do deputado conservador Paulo Egídio. “O importante discurso proferido pelo

ilustre membro da maioria foi pela eloquência e pela lógica uma verdadeira peça oratória digna da assembleia e dos foros de orador” (*CORREIO PAULISTANO*, 15 de fevereiro de 1879). Mais uma vez o tema em questão era a administração de Batista Pereira, que:

“reduziu a zero os pretensos serviços prestados por aquele violento e arbitrário administrador; mostrou que as apregoadas vantagens por ele alcançadas não passam de miseráveis expedientes para iludir o espírito público e difamar seus antecessores. N’uma apóstrofe cheia de sarcasmo e de eloquência, o orador indaga se é justo deprimir-se, difamar-se, aqueles que no período de dez anos elevaram a província a esse apogeu de grandeza que constitui o orgulhos dos paulistas, aqueles que lutaram, até mesmo contra seus correligionários da corte e contra o próprio Imperador sempre que a liberdade e a autonomia provincial estiveram em risco, ao passo que se trata de ornar com penas de pavão aqueles que alavanca demolidora vieram substituí-los perturbando a tranquilidade pública (aplausos e mais aplausos!)” (*CORREIO PAULISTANO*, 15 de fevereiro de 1879). (Grifos nossos).

Através da voz de Paulo Egídio, Eduardo dedicou à ação política dos conservadores a prosperidade paulista. Paulo Egídio teria dito, obtendo a concordância de Eduardo, que os conservadores paulistas eram, antes de qualquer coisa, fiéis ao princípio da autonomia provincial.

Já as crônicas publicadas entre 1880 e 1881 nos apresentam a um cronista mais seguro. Eduardo deixou de redigir seus textos na forma de um relato pessoal e se mostrou um escritor agressivo, ciente da repercussão dos seus atos e extremamente irônico. O momento político era tenso. O Partido Conservador boicotou as eleições de 1879, o que fez com que o grupo chefiado por Antônio Prado não tivesse nenhuma representação na legislatura do ano seguinte. Isso fica claro quando Eduardo, na primeira crônica publicada em 1880, afirmou que “a retórica arrolhada no período de dez anos faz todo momento explosão, e invectivas às administrações conservadoras são proferidas com a coragem que dá a certeza não haver quem as responda naquele lugar” (*CORREIO PAULISTANO*, 14 de fevereiro de 1880).

Através de um humor agressivo, o cronista do *Correio Paulistano* desqualificava os deputados liberais. Na crônica publicada no dia 19 de fevereiro de 1880, Eduardo criticou o projeto no qual o deputado Barbosa Lima propunha alterações no ensino primário. De acordo com o nosso escritor, o referido parlamentar tinha “mania de projetos e na sessão de hoje deitou quatro de uma só vez. Não teremos sequer um se somarmos todos” (*CORREIO PAULISTANO*, 19 de fevereiro de 1881). Depois de criticar, em vários aspectos, o projeto apresentado, Eduardo ridicularizou os políticos liberais afirmando que:

“Atualmente nossa província está entregue a uma legislatura formada por deputados pouco versados nas regras da oratória e da gestão pública. Prova disso está nas ideias do deputado Barbosa Lima, que ao invés de querer reformar as primeiras letras deveria criar mais uma cadeira, uma mais elementar da qual o primeiro aluno poderia ser o próprio deputado. Primeiro digo na ordem da matrícula” (*CORREIO PAULISTANO*, 19 de fevereiro de 1880).

Eram constantes os ataques desse tipo. Na crônica referente à sessão do dia 20 de fevereiro de 1880, Eduardo ironizou os talentos oratórios do deputado Rodrigues Siqueira: “Este legislador de Pirassununga trazia engomadinho o seu projeto, infelizmente, não lhe ajudou a língua e soube-se apenas que estava orando, porque durante meia hora esteve de pé, dando guinadas para frente e para os lados” (*CORREIO PAULISTANO*, 19 de fevereiro de 1880). A crônica do dia 13 de janeiro de 1881 foi particularmente cômica. O edifício da Assembleia Legislativa havia recentemente passado por uma reforma que, entre diversas outras modificações estruturais, introduziu na principal sala de reuniões o sistema das campainhas elétricas. De acordo com o nosso irônico escritor, “o potente aparelho tem enchido de admiração os srs. deputados roceiros” (“*CORREIO PAULISTANO*”, 13 de janeiro 1881). Continuando a ressaltar o provincianismo dos parlamentares paulistas, Eduardo relatou que:

“Os nobres deputados fazem roda junto aos botões elétricos, acalcam-os cautelosamente, sorriem gostosos ao tilintar das campainhas, comentam o caso e ouvem a explicação apresentada por algum colega mais douto e viajado pela Europa, como o sr. Camilo Gavião. Este sim! Um homem do mundo, amante das viagens, cortejador das letras” (*CORREIO PAULISTANO*, 13 de janeiro de 1881).

Bernardo Gavião, um dos deputados mais hostilizados por Eduardo, foi o principal alvo da “Crônica das Campainhas”. Segundo o nosso escritor, o referido parlamentar “que outro dia ficou muito surpreso com o fato de Paris não ser porto de mar” deu a “adequada” explicação científica aos seus colegas:

“A eletricidade é um fluído e este fluído acumula-se nas pontas, em qualquer ponta, mesmo na ponta do dedo. Tempos, portanto, dedo eletrizado; aproxima-se este do botão de marfim, a eletricidade sai do dedo, embarafusta pela campainha, trepa pelo arame de cobre, vai bulir no badalô da campainha.” (*CORREIO PAULISTANO*, 13 de janeiro de 1881).

De acordo com o enredo da crônica, os deputados ficaram “estupefados diante de tão complexo fenômeno físico”. Não satisfeito, Eduardo relatou ainda outro incidente provocado pela inovação técnica:

“Se as tais campanhas têm proporcionado triunfos à física do sr Camilo Gavião, foram, ontem, causa de uma grave questão de precedência entre o sr. Bento de paula e o sr. José Ricardo. Este, por uma curiosidade infantil e desculpável, quis acalcar o botão colocado em frente da cadeira presidencial.

O sr. Bento reclamou e disse-lhe zangado:

– O nobre deputado não pode tocar no botão da presidência.

– Não pense v.exc que vim ver campanhas elétricas aqui! Em Taubaté, no sítio de primo Antônio há também” (*CORREIO PAULISTANO*, 13 de janeiro de 1881).

As crônicas publicadas entre 1880 e 1881, a exemplo daquelas de 1879, também foram fundamentadas no repertório conceitual da tradição cívico-humanista. A diferença é que, nesse segundo momento, as glosas de Eduardo são marcadas por uma reflexão mais acurada e pela mobilização de tópicos mais complexos, como, por exemplo, a autonomia do poder local frente às interferências do poder central.

Em dezembro de 1881, um fato ocorrido em Botucatu se tornou um ingrediente a mais no já tenso conflito entre liberais e conservadores. Tratou-se da remoção de alguns magistrados, fato que Eduardo atribuiu à ingerência direta da administração provincial, na época chefiada pelo político liberal Laurindo Abelardo de Brito. A análise feita por Eduardo a respeito do “caso de Botucatu” está repleta de argumentos vinculados à tradição político/filosófica do humanismo cívico.

“O governado Abelardo deu-se bem com a prática de expulsar os magistrados, desde que estes se mostrem dispostos a não obedecer-lhe cegamente. O crime praticado em fevereiro de 1879 contra as pessoas do juiz de direito e do promotor público scandalizou todos aqueles que defendem e louvam a autonomia da localidade” (*CORREIO PAULISTANO*, 05 de janeiro de 1881).

A defesa ferrenha que Eduardo fez da autonomia da localidade agradaria o mais entusiasta defensor do liberalismo moderno. Era um momento em que as pressões pela flexibilização do sistema político, o que envolvia a formulação de uma jurisdição específica sobre as liberdades civis, eram um dos principais motivos das crises políticas que desestabilizaram a Monarquia. Como bom opositor, Eduardo não hesitou em atacar seus adversários com uma munição conceitual que, teoricamente, não deveria fazer parte do arsenal conservador.

Como já sabemos, Eduardo foi aluno da Faculdade do Largo de São Francisco. A análise da trajetória acadêmica de Eduardo é dificultada, talvez

impossibilitada, pela escassez de documentos provocada por um grande incêndio que no final do século XIX destruiu parte do acervo dessa instituição. Entretanto, a leitura dos escritos de Eduardo e de seus colegas nos permite compensar parcialmente essa lacuna e especular a respeito da tradição jurídica que marcou a formação desses jovens estudantes⁸. Apesar de raramente ter sido explicitada, creio ser possível afirmar a filiação intelectual dos jovens estudantes à tradição jurídica do humanismo italiano, que começou a ser desenvolvida por volta do século XII, quando as cidades italianas passaram a resistir mais sistematicamente às ambições imperiais de Frederico Barbarossa, que desejava efetivar o Sacro Império Romano-Germânico (SKINNER, 2003). Entretanto, o sucesso da resistência das cidades italianas não poderia ficar restrito apenas aos aspectos político e militar; fazia-se necessária também a formulação de novas doutrinas jurídicas fortes o suficiente para contrapor o Código Justiniano, que garantia legalmente a autoridade do Imperador sobre a Península Itálica.

É exatamente nesse movimento de construção de uma nova doutrina jurídica que podemos inserir a atuação do jurista italiano Bartolo de Sassoferrato, “que partiu da intenção explícita de reinterpretar o Código Civil Romano com o objetivo de proporcionar às cidades uma defesa legal, e não apenas retórica, de sua liberdade contra o Império” (SKINNER, 2003; p. 31). Bartolo operou então uma importante ruptura metodológica em relação à interpretação jurídica característica dos glosadores tradicionais. O resultado disso foi a formulação, fundamental para a fundação do Estado Moderno, de que os poderes políticos locais são soberanos e independentes entre si. Esse não é o lugar para desenvolver essa proposição na complexidade que lhe é devida; meu interesse é tão-somente propor uma relação de filiação entre os primeiros escritos de Eduardo e essa tradição jurídica humanista. Não estou com isso querendo supor que Eduardo estudou diretamente a obra de Bartolo, não há evidências empíricas capazes de sustentar tal afirmação. Porém, há várias formas, para além da leitura direta, de entrar em contato com determinada tradição intelectual. Acredito que as tópicas do humanismo cívico circulavam nos corredores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco sob a forma de uma “energia social” (GREENBLATT, 1990). Afinal, estamos tratando de uma instituição de ensino que tradicionalmente cultivava um pensamento liberal fundamentado no tratamento da lei como produto de uma consciência coletiva soberana (SCHWARCZ, 2003). A defesa da autonomia do poder local é parte constitutiva desse repertório, já que quanto mais perto das demandas dessa consciência mais capaz é o poder de contemplá-las.

⁸ Destaco especialmente pequenos jornais estudantis como *Comédia e Constitucional*. Eduardo escreveu em ambos.

Conclusão

Há inspiração biográfica no trabalho que apresentei nas linhas acima. Essa perspectiva biográfica está diretamente relacionada ao momento atual da historiografia; desde as *Vidas Paralelas* de Plutarco até os nossos dias, a biografia jamais esteve completamente excluída da grande República dos estudos humanos. Ainda que tenha sofrido as desconfiças características do cânone estruturalista, o gênero biográfico gozou de posição privilegiada no mercado editorial ao longo do século XX. Essa importância da biografia para a inteligência ocidental tornou-se ainda maior após a década de 1980, quando a:

“Humanização das ciências do homem, a era da testemunha, a busca de uma unidade entre o pensar e o existir, o questionamento dos esquemas holísticos, assim como a perda da capacidade estruturante dos grandes paradigmas, contribuíram para o entusiasmo atual do biográfico” (DOSSE; 2010, p. 89).

O entusiasmo da historiografia contemporânea para com a escrita biográfica pode ser facilmente comprovado por uma rápida visada nos títulos das teses e dissertações aprovadas na universidade brasileira ao longo dos últimos anos. É exatamente esse o lugar do presente trabalho: um campo de reflexões caracterizado pela fragmentação das escalas e cada vez mais preocupado em definir o sujeito como instância mais importante do fato histórico.

É óbvio que o atual gosto pela biografia em pouca coisa lembra o perfil que caracterizou o gênero no regime de historicidade que aprendemos a chamar de “antigo”. Hoje, o que consideramos “biografia” não é a mesmidade necessária a uma cultura histórica preocupada com a exemplaridade e com o exercício de uma pedagogia moral. Meu enfoque, ao contrário, prioriza a multiplicidade de sentidos, o confronto entre obra e vida visando aquilatar com precisão as confluências e dissonâncias entre essas duas esferas. Não há aqui a linearidade monolítica pretenciosa de apresentar o ato individual como a manifestação pura de uma psicologia isolada, tampouco a suposição de cariz durkheimiano que define o sujeito como o reflexo da dinâmica social que está ao seu redor. O que procurei explorar nesse trabalho foi justamente a tensão que caracteriza a relação da parte com o todo, do sujeito com o seu campo específico de atuação social.

Como o leitor pôde perceber, tive o cuidado de analisar o contexto político/discursivo e familiar a partir do qual o nosso personagem agiu; fiz isso porque acredito que o historiador interessado no discurso político de um determinado escritor não pode se contentar com uma leitura interna dos

textos, como se o autor analisado fosse uma espécie de *homo clausus*, alguém opaco às influências de seus contemporâneos e imune aos constrangimentos apresentados pelas instituições sociais que estão ao seu redor. Pelo contrário, acredito que o pesquisador interessado nessa temática deve situar o seu autor dentro de um conjunto mais amplo de questões paradigmáticas comum a um número de autores grande o bastante para permitir uma investigação de inspiração sociológica da prática letrada.

Todavia, isso não exclui a possibilidade de Eduardo ter agido como um sujeito autônomo, dotado de cognição suficiente para sustentar uma percepção individual e particular do mundo. Eduardo Prado foi um homem do seu tempo, o que não quer dizer que ele tenha sido apenas o reflexo do seu tempo. Eduardo dialogou com os seus pares, respondeu às provocações, provocou, se envolveu em polêmicas, calculou e improvisou cada lance de acordo com as investidas de seus adversários, o que obviamente não significa que ele tenha sempre se saído bem sucedido. Todos os atos discursivos de Eduardo foram efetuados a partir da combinação entre o funcionamento da lógica discursiva própria ao seu contexto político e os seus lances individuais que, limitados pelo campo de possíveis próprio ao contexto, deram uma contribuição particular relativamente inovadora e, dessa forma, contribuíram para a transformação do próprio contexto, que sob aspecto algum deve ser visto como uma espécie de *zeitgeist*, como uma estrutura trans-história que paira acima da sociedade. O contexto discursivo é construído na longa duração a partir do embate entre as ações individuais propostas por cada participante do jogo, estando, por isso, suscetível às mudanças.

Estive interessado nesse trabalho com os lances de um jogador específico do tabuleiro imperial, o que, obviamente, me levou a seguir os rastros de outros atores, mais ou menos protagonistas que Eduardo. O fundamental, ao meu ver, foi a devolução de Eduardo ao seu tempo, a um contexto político no qual os rótulos partidários pouco informam a respeito da linguagem política mobilizada, a um mundo intelectual ainda não diferenciado, a um núcleo familiar caracterizado pelo engajamento político-partidário. Estudante, cronista e irmão: foram esses os três principais papéis interpretados pelo jovem Eduardo Prado no momento em que dava início à sua trajetória intelectual. Estudante de um tradicional centro de treinamento da elite nacional, cronista que emprestou sua pena ao jornal dirigido pelo seu irmão mais velho, uma das principais lideranças da ala paulista do Partido Conservador. Isso fez de Eduardo um escritor declaradamente conservador e municiado por um arsenal ideológico liberal. Fraqueza de espírito? Não sejamos tão rigorosos com o jovem Prado. Afinal, quem nunca se viu envolto nas franjas perturbadoras da vida?

Referências bibliográficas

– Fontes Primárias

Jornal *Correio Paulistano*.

Jornal *A Notícia*.

Jornal *A Província de São Paulo*.

Jornal *Tribuna Liberal*.

Bibliografia

D'Ávila, Luiz Felipe. *Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes e Janaina Amado (ORG). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 56-87.

CARVALHO, José Murilo de. *O teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOSSE, François. *Desafio biográfico*. São Paulo: EdUSP, p. 89.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1974.

GREENBALT, Stephen. *Shakespearean Negotiations: The Circulation of Social Energy in Renaissance England*. Oxford: Oxford University Press, 1990

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

MARTINS, Wilson. *A História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: ed. Taq, 1996.

MELO, Luis Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. IHGB: São Paulo, 1954.

MCKENZIE, D. F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed USP, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986.

SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial* (Vol. III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: _____. Keila Grinberg (ORG). *O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 39-81. p. 46.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SKINNER, Quentin. *Os fundamentos do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Ed UNICAMP, 2011.